

cidade	jornal	data veiculação
São Paulo	OESP	14-out-87
	assunto	
Lei do Inquilinato		

Todos contra novo projeto para a Lei do Inquilinato

Com o seu projeto para a nova Lei do Inquilinato, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, está conseguindo algo difícil no Brasil, a unanimidade: ninguém está gostando da proposta enviada ao Congresso Nacional. Ontem, reunidos em São Paulo, representantes de diversas entidades civis, inquilinos e proprietários resolveram enviar um telex para o consultor, pedindo o cancelamento do projeto.

Durante o encontro, promovido pela OAB paulista em sua sede e coordenado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de São Paulo, todos os presentes fizeram severas críticas ao projeto. Roberto Capuano, presidente do Creci, afirmou tratar-se de "um projeto inócuo. Assim, é melhor não ter nenhum". Segundo Capuano, a nova Lei do Inquilinato proíbe o aluguel diferenciado, o que "acaba com a locação para pessoas de baixa renda e contempla a construção de imóveis de luxo". Capuano lembrou, ainda, que em São Paulo um terço da população mora em imóveis alugados, sendo que as classes A e B são proprietários de imóveis na proporção de 82% e 73%, respectivamente.

Para o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, vereador Marcos Mendonça, "o governo está perdido", e dá sua receita para a solução do problema: "Os aluguéis cujos contratos foram assinados a partir de janeiro de 1986 devem ser reajustados pela equivalência salarial".

Álvaro Furtado, secretário do Sindicato do Comércio Varejista do Estado de São Paulo, acha que o projeto de lei do consultor-geral da República é "uma demagogia barata". Segundo ele, o governo precisa "encarar o problema de frente e não continuar regulamentando legislações do tipo pronto-socorro, como vem acontecendo nos últimos 15 anos".

SOLUÇÕES

Para ilustrar a caótica situação em que se encontram inquilinos e proprietários, que envolvem cerca de um milhão de famílias apenas na Capital, Maria Eliza Jardim Barbosa, presidente do Movimento dos Inquilinos Intranquillos, diz que 80 mil ações de despejo estão tramitando na Justiça, e que 150 mil imóveis estão desocupados. E como reconhece o Ministério Público, grande parte das ações de despejos executadas é creditada à falta de informação do inquilino. Como primeiro passo, todos os que participaram do encontro de ontem ressaltaram a necessidade

de se fazer um trabalho de informação à sociedade.

A OAB diz que abrirá as portas da entidade para o apoio jurídico aos interessados. Mas isso, segundo consenso, não basta. Para Alvaro Furtado, "seria importante propor um projeto, uma lei que exigisse uma audiência de conciliação antes da execução das ações de despejo". Segundo ele, isso acabaria também com o grande número de pedidos insinceros e "eliminaría parte da polêmica".

O presidente do Procon, Marcelo Gomes Sodré, lembrou que, em 1980, 60% dos imóveis financiados foram destinados às classes A e B, "enquanto quase 50% da população de São Paulo habita submorádias". Maria Antônia Gigliote, do Fórum Nacional da Terceira Idade, revelou que os aposentados já estão dormindo nas estações do Metrô, "por terem sido desalojados dos cortiços onde moravam". Segundo Sodré, outra alternativa que o Procon está enviando a Saulo Ramos é a legalização dos aluguéis dessas morádias, "única solução de habitação para as camadas mais carentes da população". Já Odilon Guedes, presidente do Sindicato dos Economistas, acha que a solução é a reforma agrária, que "evitaria a busca das cidades como forma de sobrevivência".

Roberto Capuano, disse ainda, que a busca de soluções por parte da sociedade já tem um pacto firmado: "Mas esse pacto habitacional precisa do aval do governo", concluiu.



16-4-87

Capuano: "projeto inócuo"

Proposta de Levinsohn ainda não tem uma decisão do BC

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Banco Central ainda não tomou nenhuma decisão sobre a proposta encaminhada pelo acionista majoritário do grupo Delfin, Ronald Levinsohn, de transformar as sociedades de crédito imobiliário de São Paulo e Rio de Janeiro, que estão sob intervenção extrajudicial, em bancos comerciais ou de investimento. A afirmação foi feita pelo diretor da área de fiscalização da instituição, José Tupy Caldas.

Por essa proposta, o ex-controlador do grupo passa para a posição de credor de Cz\$ 27,7 bilhões. O diretor de fiscalização do Banco Central não quis entrar em detalhes a esse respeito, dizendo apenas que a avaliação dos bens de Ronald Levinsohn "ainda está em curso". Para o diretor do BC, esse assunto está sendo estudado com muito cuidado, por isso a diretoria da instituição ainda não to-

mou uma decisão sobre o caso Delfin.

Segundo o diretor de fiscalização, é necessário deixar claro que qualquer decisão que a diretoria tomar a respeito do caso Delfin "será objeto de uma decisão tomada com muita consciência".

Tupy Caldas disse que a proposta encaminhada à diretoria do Banco Central partiu do próprio Ronald Levinsohn. Foi apreciada pela diretoria de fiscalização do Banco Central "e encaminhada ao colegiado de diretores". Dessa forma, o diretor descarta que a proposta tenha sido formulada em sua própria diretoria.

Segundo o diretor da área de fiscalização, não existe um prazo definido para que o caso Delfin tenha uma solução efetiva. E ressaltou novamente a intenção de existir na diretoria da instituição de proporcionar o caso de maneira consciente: "pois temos que obedecer, como não poderíamos deixar de ser, o mais alto interesse público".